



CÓD: OP-155DZ-23
7908403547463

SÃO FIDELIS-RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FIDELIS - RIO DE JANEIRO

Professor de Educação Infantil

EDITAL Nº 01, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos;	7
2. denotação e conotação; significação das palavras;	7
3. figuras;	8
4. coesão e coerência;	11
5. tipologia e gênero textual;	12
6. emprego das classes de palavras;	13
7. sintaxe da oração e do período;	20
8. pontuação;	24
9. concordância verbal e nominal;	27
10. regência verbal e nominal;	29
11. estudo da crase;	30
12. semântica e estilística	30

Conhecimentos De Direito Administrativo E Constitucional

1. Constituição Federal de 1988: Dos Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Dos direitos sociais....	37
2. Da Organização do Estado	43
3. Da Administração Pública	50
4. Da Organização dos Poderes.....	56
5. Da Ordem Social	83
6. Organização Administrativa: Centralização e Descentralização; Autarquia, Fundação, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista	96
7. Lei da improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021) e suas alterações.....	98
8. Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações; Dos Princípios; Das Definições; Das Modalidades, Limites e Dispensa; Dos Contratos	114
9. Processo Administrativo na Administração Federal (Lei nº 9.784/99) e suas alterações.....	175
10. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso a Informação	184
11. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados.....	191

Legislação Específica

1. Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº 150/1983	209
2. Lei Orgânica do Município	228

Conhecimentos Didático-Pedagógicos

1. Fundamentos da educação: conceitos e concepções pedagógicas, seus fins e papel na sociedade ocidental contemporânea.	259
2. Principais aspectos históricos da educação brasileira.....	265
3. Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira: as Diretrizes Curriculares Nacionais e suas implicações na prática pedagógica;.....	265
4. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	272
5. LDB – Lei Federal nº 9394/1996 e alterações;	310
6. Parâmetros Curriculares Nacionais	327
7. Competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica.	328
8. Constituição Federal de 1988 – Cap. III.....	369
9. Educação, trabalho, formação profissional e as transformações da educação básica.....	370
10. Função histórica e social da escola: a escola como campo de relações (espaços de diferenças, contradições e conflitos) para o exercício e a formação da cidadania, difusão e construção do conhecimento.....	371
11. Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação.	373
12. Avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo.	377
13. A didática como fundamento epistemológico do fazer docente.	379
14. Currículo e cultura.	379
15. Conteúdos curriculares e aprendizagem.....	382
16. Projetos de trabalho.	386
17. Interdisciplinaridade e contextualização.	391
18. Multiculturalismo.....	391
19. A escola e o Projeto Político-pedagógico (PPP).	391
20. O espaço da sala de aula como ambiente interativo.	398
21. Planejamento.....	398
22. Gestão da aprendizagem.	410
23. Professor: formação e profissão.	411
24. A pesquisa na prática docente.	412
25. A educação em sua dimensão teórico filosófica: filosofias tradicionais da educação e teorias educacionais contemporâneas.....	412
26. As concepções de aprendizagem aluno-ensino-professor nas abordagens teóricas.	413
27. Principais teorias e práticas na educação.	413
28. As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem. Contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a psicologia e a pedagogia.	415
29. Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais.	421
30. Temas contemporâneos: bullying,	437
31. o papel da escola,	441
32. a escolha da profissão,.....	441
33. transtornos alimentares na adolescência,	442
34. família	443
35. escolhas sexuais.....	447
36. a valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais.	458

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Infantil

1. Currículo básico comum (cbc): ciclo da alfabetização e ciclo complementar.	473
2. Parâmetros curriculares nacionais (pcn).....	473
3. Base nacional comum curricular (bncc).....	514
4. Referencial curricular nacional para a educação infantil (rcnei).....	555
5. . Direito à educação: legislação educacional brasileira.....	573
6. Bases legais e a oferta da educação infantil no país	591
7. História da educação infantil	593
8. Criança e infância: conceito de infância, tipos de famílias e suas historicidades.....	599
9. Visão histórica e crítica: principais concepções de infância; criança; e, educação infantil na contemporaneidade.....	601
10. Profissão docente: centralidade na educação de crianças pequenas em espaços coletivos de creche e pré-escola	601
11. Infância e práticas cotidianas: contribuição da psicologia; sociologia; e, antropologia.....	604
12. Conhecimentos da prática de ensino: processo e conteúdo de ensino-aprendizagem;.....	606
13. Organização do tempo e do espaço;.....	610
14. Atividades; conhecimento, avaliação e cotidiano escolar;.....	616
15. Projetos de trabalho.	617
16. O cuidar e o educar.....	622
17. Organização de atividades diárias: sono; alimentação; higiene e, cuidados essenciais	624
18. Primeiros socorros	631
19. Concepções de ludicidade: jogo; brinquedo; brincadeira; interações;	638
20. Linguagem no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança	644
21. Desenvolvimento da escrita;audição e leitura; métodos, técnicas; habilidades; e, instrumentos.....	650
22. Linguagem verbal e não verbal; aquisição da linguagem; relações entre escrita e oralidade. A criança e a sociedade letrada.	659

sentar, pintar etc. - são afetadas pelas representações que se tem dos modos pelos quais elas podem se materializar em textos orais, escritos e não verbais. A linguagem não verbal representa 80% de nossa comunicação e pode ser expressa mediante gestos espontâneos, olhar, expressão facial, expressão corporal, música, sinais, mímica, desenho, pintura, as Artes em geral etc.

Assim, entende-se que a ação pedagógica mais adequada e produtiva é aquela que contempla a alfabetização e o letramento, de maneira articulada e simultânea, compreendendo que a alfabetização e o letramento acontecem em ciclos e de forma processual e contínua dentro das temporalidades humanas.

Usos e Funções da Escrita e Leitura⁶⁵

Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) afirmam que a “Língua Portuguesa” é composta por diversas variedades linguísticas. Essas variedades são, frequentemente, estigmatizadas por se levar em conta o relativo valor social que se atribui aos diversos modos de falar: as variantes linguísticas de menor prestígio social são logo catalogadas de “inferiores” ou até mesmo, de “erradas”.

Atualmente, diversos linguistas, ressaltam a importância da variação linguística no ensino de língua materna, pois a mesma, além de provar que nossa língua continua viva e dinâmica, desmistifica o mito da “unidade linguística”.

Vale lembrar que os PCN, também, incorporam essa visão de linguagem pautada na variação linguística, deixando claro que para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar e que esta se reflete de forma perfeita na escrita, de que nossas salas de aulas são compostas por uma única variante linguística - a tida como Padrão - e que as anomalias esporádicas que surgem em alguns alunos das castas baixas da sociedade, tem que ser concertada, para não contamina a língua padrão e para que este indivíduo se integre na sociedade dialetal.

Ao nosso entendimento, essas são provavelmente filhas de outra terrível inverdade a de que a sociedade é igualitária, a existência de classes sociais por sua vez é fruto das diferenças de esforço individual de cada um e/ou talvez por obra do acaso.

Essas ideias são frutos de uma cultura distorcida, industrializada, proveniente das castas superiores que chega até nós, embebidas em ideologias de uma contínua e consistente melhora. É bem verdade que as pesquisas em torno da educação comprovam certa melhora, nos diversos índices que avaliam nossos alunos, mas ao passo que esta caminha demorara incontáveis gerações para que alcancemos à educação preconizada por Paulo Freire.

São inúmeros os obstáculos para que a educação abandone seu caráter colonialista e se transforme em um instrumento de inserção social, capaz de aplanar a enorme pirâmide existente em nossa sociedade. Acreditamos que um dos mais relevantes obstáculos, para isto, encontra-se na língua.

Essa que em nosso entender é a maior “descoberta” do homem, além de ser, indubitavelmente, o pilar que dá sustentabilidade a sociedade como a conhecemos. A linguagem, em seu atual, estágio transpassa a condição instrumental de comunicação entre indivíduos no mesmo espaço-temporal, possibilitando que indivíduos em épocas e lugares diferentes dialoguem. Entretanto o mesmo instrumento que une é o que separa. São incontáveis os conflitos históricos ocasionados pela intolerância à cultura, à religião, à linguagem do outro, o que a nosso ver isso se configura como uma continuidade do mito da Torre se Babel.

65 Texto adaptado de SILVA, A. C. da.

Como nos lembra Bagno o preconceito linguístico constitui-se em um não aceitar, da variação linguística falada pelo outro, ainda na concepção do mesmo autor os chamados erros gramaticais não existem nas línguas naturais, salvo por patologias de ordem cognitiva. Na concepção de Xavier⁶⁶, a qual ressaltamos, a noção de correto imposta pelo ensino tradicional da gramática normativa e o repasse incorreto do léxico pertencente à variação padrão da língua originam os preconceitos contra as variedades não padrão.

Em nosso entendimento a escola deveria atuar como um combatente a este como a muitos outros preconceitos, mas infelizmente, essas também como foram observadas, tornou-se uma fonte discriminatória das variações não padrão da língua. Bagno nos lembra ainda “a vitória sobre esse preconceito passa por um estudo mais apropriado da língua, onde o aluno tenha as outras variedades, mas sempre tendo como base em sua própria variedade”. Sobre esse prisma compreendemos o papel impa desempenhado pelo pelos PCNs, como um instrumento de prevenção e combate aos diversos estigmas que circundam a presença da oralidade dentro das salas de aula. Balizados nisso confeccionamos o presente trabalho.

Nosso texto pretende, apoiada na fundamentação teórica levantada em diversas investigações existentes, oferecer subsídios para analisarmos à abordagem dos PCNs em relação as variações linguísticas e como esta influência na aquisição da escrita.

Sem pretendemos esgotar os desafios e as possibilidades envolvidas nas temáticas em pauta, estruturamos o texto de modo a discorreremos sobre a sociolinguística e como esta atua dentro da sala de aula, a seguir iremos contar de forma breve, a história dos PCNs. Em um terceiro plano iremos discursar sobre a aquisição da linguagem escrita, a seguir iremos analisar o trato dado pelos PCNs em relação a oralidade e como este contribuem para a aquisição da escrita.

Sociolinguística

Por se considerar a língua um sistema homogêneo, o estudo das variações nunca havia despertado o interesse dos linguistas. Só em meados da década de 1960, quando muitos desses cientistas da linguagem perceberam que não era mais possível estudar a língua sem considerar também a sociedade em que ela é falada, é que se começou a estudar a língua na perspectiva da mudança e da variação em termos sociolinguísticos⁶⁷.

Tendo por base, pois, a heterogeneidade, a sociolinguística de 1960 pode ser vista como uma área que abriu caminhos para o surgimento de novas correntes de estudo e pesquisas que põem em foco, principalmente, o trato do fenômeno linguístico em sua relação com o contexto social e cultural de produção. Sendo que, pelo crescente interesse em estudar a linguagem nesse contexto social, diversos enfoques se abrigam sob o título de sociolinguística.

Esta ciência, conforme afirma Mollica⁶⁸, se faz presente num espaço interdisciplinar em fronteira com a língua e a sociedade, tendo como foco principal os empregos linguísticos concretos, principalmente os de caráter social heterogêneo. Assim, tendo em vista que todas as línguas naturais humanas, de modo geral, apresentam um dinamismo inerente - heterogeneidade -, a está ciência vem

66 XAVIER, Diogo; et al. *O preconceito linguístico na sala de aula: atitudes de professores e alunos de 7ª a 8ª séries diante da variação linguística.*

67 BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.* São Paulo: Parábola Editorial, 2007

68 MOLICA, Maria Cecília e BRAGA Maria Luiza. *Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação.* 2ª ed. - São Paulo: Contexto, 2004.

e uma professora à sua frente.”. Do ponto de vista destas autoras, a criança, como sujeito cognoscente, não poderia ser impermeável ao contato com a língua escrita e de alguma forma ela haveria de tentar apreender esta, relacionando-a com a língua falada.

Ainda segundo Bento⁷⁰, aos quatro anos, as crianças já constroem conceptualizações interessantes sobre as relações entre a linguagem falada e o sistema de escrita.

Estas elaborações sucedem-se num percurso constituído por diversas fases ou níveis e permitem concluir que o processo de aprendizagem não consiste na aquisição de elementos isolados que depois se reúnem - mas na construção de sistemas em que o valor dos elementos se vai redefinindo em função das mudanças estruturais.

Nível A - É o nível de conceptualização mais evoluído. Todas as palavras do texto oral estão representadas no texto escrito. Nesta fase, a criança é capaz de estabelecer uma correspondência, termo a termo, entre as unidades vocabulares do enunciado oral e os segmentos do texto escrito (palavras gráficas).

Nível B - Todas as palavras estão escritas, exceto os artigos. Para estes, surgem três soluções: O texto escrito é tratado como se fosse feito em linguagem de telegrama, dos 4 aos 7 anos, aproximadamente, os artigos, preposições, pronomes e conjunções são sistematicamente, havendo uma rejeição da classe das “palavras”.

Nível C - Há correspondência para os substantivos, mas não para o verbo

A escrita não é vista [pela criança] como uma reprodução rigorosa de um texto oral, e sim como a representação de alguns elementos essenciais do texto oral. Em consequência, nem tudo está escrito.

Nível D - Impossibilidade de estabelecer correspondência entre as partes do texto oral e as partes do texto escrito. A criança não consegue segmentar a frase oralizada. Por isso, as respostas são diversas e incongruentes. Quando se pergunta à criança onde está escreve uma palavra ou toda a frase, a resposta é imprevisível: pode estar em qualquer parte do texto escrito, em todo ou apenas numa sílaba.

Nível E - Também, neste nível, a criança não consegue segmentar o texto oral, para que possa estabelecer correspondências com o texto escrito. Porém, enquanto no nível D se tentava sem êxito essa divisão, agora essa tentativa já não tem lugar. A criança atribui toda a frase a um segmento do texto.

Nível F - A criança procura no texto escrito apenas os nomes, i. é, na interpretação de Emília Ferreiro e Ana Tabarowski, a escrita serve como objeto substitutivo (função simbólica) dos objetos.

Palavras só com dois caracteres, como alguns artigos, e as ações não são representáveis.

Tudo se passa como no desenho. Aí figuram dois “atores”: a pessoa que executa a ação e a ação.

A análise destes cinco níveis mostra que a criança vai relacionando a seu modo à fala e a escrita, independentemente de qualquer forma de ensino e que, até chegar ao nível mais elevado, ela não espera “ler” no texto escrito o mesmo que o adulto. Este processo construtivo resulta da atividade da criança (sujeito cognoscitivo) e pressupõe o contato com materiais e atividade de leitura/escrita (objeto do conhecimento).

PCNs e a relação língua falada e escrita.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998), a língua é fundamental para a participação social efetiva do indivíduo. Por isso, ao repassa-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todo cidadão.

No tocante os, PCNs afirmam sobre o trabalho com a modalidade oral, a necessidades de seu uso como base para o desenvolvimento das outras modalidades comunicativas e por conseguinte ampliação das possibilidades discursivas do discente.

Ensinar língua oral deve significar para a escola à possibilidade de dar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. “Ensinar linguagem oral” não significa trabalhar a capacidade de falar, pois este já é domínio pleno do discente, mas significa auxiliar o desenvolver do domínio dos tipos discursivos que vão apoiar a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas e, por conseguinte serão aplicados na vida social no sentido mais amplo do termo.

Como já ressaltamos um aspecto importante presente no documento é que não se pode mais empregar somente o nível mais formal de fala para todas as situações. A escola precisa se livrar da ideia - enfatiza o documento - de que a fala “correta” é a que se aproxima da escrita.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem duas modalidades distintas de atividades para se trabalhar à oralidade são elas a escuta e a produção de textos orais, ambas indiscutivelmente fundamentais para a aquisição da variante escrita e por sua vez capacitar o aluno para enfrentar as diversas demandas sociais de comunicação. A seguir discorreremos sobre ambas as atividades:

A Escuta objetiva ampliar o conjunto dos conhecimentos discursivos, semânticos, pragmáticos e gramaticais envolvidos na construção dos discursos. Além disso dar-se-á ênfase aos elementos não-verbais presentes na fala, como gestos expressões faciais, postura corporal, tons de voz, etc. A utilização dos mecanismos da escrita ficou restrita a suportes, além de serem empregados com o intuito de comparação a respeito dos mecanismos não-verbais da fala.

Lembramos que a escuta de textos pode ser real ou gravada, de autoria dos alunos (ou não). São relevantes para o processo de aprendizagem, pois as gravações conferem ao processo de análise um verdadeiro entendimento da relação oral-escrito, uma vez que se pode transcrever os dados, voltar a trechos que não tenham sido bem compreendidos, dar ênfase a trechos que mostrem características típicas da fala, etc.

A Produção de Textos Oraís privilegiar-se-á a produção dos diversos gêneros orais presentes no cotidiano, já que para o documento o texto, seja este proveniente de qualquer suporte, como a unidade básica do ensino, é relevante lembramos ainda que na produção oral, não ficara presa a língua em sua variante eleita, mas será permitido a comparação entre esta variante e as demais, permitindo assim que o aluno amplie seu léxico e tenha ciência que a variante por ele falada não perde em nada para a tida como eleita.

Um aspecto relevante, o qual também salientamos, na produção dos textos orais, é que, o documento alia o planejamento prévio da língua oral à escrita - em função da intencionalidade do locutor, das características do receptor, das exigências da situação e

⁷⁰ BENTO, Joaquim R. A Gênese da aprendizagem da língua escrita.

A partir daí, o aspecto do desenvolvimento intelectual da criança passa a ser uma preocupação dos adultos, assim como a manipulação de suas emoções, conforme relata Zilberman

A valorização da infância gerou maior união familiar, mas igualmente os meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e a manipulação de suas emoções. Literatura infantil e escola, inventadas a primeira e reformada a segunda, são convocadas para cumprir essa missão.

Essa tarefa é atribuída à escola, a qual trouxe algumas divergências que distorcem e desvalorizam o trabalho com a literatura, como destaca Zilberman “a aproximação entre a instituição e o gênero literário não é fortuita. Sintoma disto é que os primeiros textos para crianças são escritos por pedagogos e professores, com marcante intuito educativo”. Neste contexto, a literatura foi utilizada para educar as crianças com intuito de dominação, uma educação que transmitia os ideais burgueses sem a promoção da reflexão em torno do contexto histórico a qual estavam inseridos; pois o adulto diante do contexto histórico e ideológico da sociedade elaborou uma concepção de infância em que a criança era um ser frágil, imaturo, que precisava ser educado de acordo com os ideais e conceitos da época.

Torna-se evidente assim que, a literatura era utilizada para “veiculação de conceitos comportamentais” da época. Esse objetivo didático estava comprometido com a dominação da criança, não sendo a literatura reconhecida como arte, tornando-se um fato negativo entre a literatura e a educação. Esquecendo-se que a sala de aula é um espaço para a construção de bons leitores, que valorizam a leitura pelo simples prazer de viajar pela história, e a literatura por sua vez, é um importante recurso para essa formação. Assim como relata Zilberman.

De um lado, o vínculo de ordem prática prejudica a recepção das obras: o jovem não quer ser ensinado por meio da arte literária; e a crítica desprestigia globalmente a produção destinada aos pequenos, antecipando a intenção pedagógica, sem avaliar os casos específicos. De outro, a sala de aula é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um importante setor de intercâmbio da cultura literária, não podendo ser ignorada, muito menos desmedida sua utilidade.

Desta forma, muitas vezes, a literatura foi utilizada pelos pedagogos e professores, com intuito de transmitir para criança o mundo de normas e valores da classe dominante, sem analisar que esta é uma arte para ser utilizada como um importante recurso envolvendo o estímulo à leitura prazerosa, destacando sempre o seu lado de ficção, possibilitando a criança fazer suas próprias interpretações do texto escrito de forma divertida, com ludicidade. Através de uma boa história a criança tem a possibilidade de compreender mundo a sua volta, assim como afirma Bettelheim⁷⁸

Para que uma história realmente prenda a atenção da criança deve entretê-la e despertar sua curiosidade. Mas para enriquecer sua vida, deve estimular-lhe a imaginação: ajudá-la a desenvolver seu intelecto e a tornar claras suas emoções; estar harmonizada com suas ansiedades e aspirações; reconhecer plenamente suas dificuldades e, ao mesmo tempo, sugerir soluções para problemas que a perturbam.

Entretanto, para que a literatura torne-se um recurso para estimular o aluno a encontrar na leitura o prazer, o livro deve ter como primordial intuito estimular a imaginação da criança. Portanto as histórias devem ser ricas em imagens visuais que despertem sua

78 BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Tradução de Arlene Caetano. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

atenção. Essa literatura envolve e incita no aluno a fantasia, ela faz com que a criança seja transportada para outros mundos imaginários proporcionando assim, uma experiência inesquecível em torno da leitura, criando toda uma expectativa em torno deste hábito.

Desta forma, cabe ao professor analisar a extrema importância e valorização de livros que utilize a literatura reconhecida como arte praticada de forma lúdica e prazerosa para criança, ou seja, uma literatura que promova o gosto pela leitura de forma a trazer uma compreensão do mundo pela criança, que por outro lado também venha suscitar no aluno a reflexão e compreensão da leitura escrita de forma crítica, pois segundo Zilberman “isto significa por parte do professor, o reconhecimento de que a leitura é uma atividade decisiva na vida dos alunos, na medida em que, como se viu, permite a eles um discernimento do mundo e um posicionamento perante a realidade”.

Todavia, é necessário que o valor por excelência a guiar esta seleção se relacione à qualidade estética. Porque a literatura infantil atinge seu estatuto de arte literária e se distancia de sua origem comprometida com a pedagogia, quando apresenta textos de valor artístico a seus pequenos leitores. E não é porque estes ainda não alcançaram o status de adultos que merecem uma produção literária menor.

Assim trabalhar com a literatura procede de uma atuação em que o professor utilize textos com qualidade literária que deve ter como finalidade o conhecimento do mundo. Comprometendo-se com uma literatura em que a arte literária promova o gosto pela leitura e ajude o aluno na compreensão da sua realidade. Segundo Faria⁷⁹ “sabemos que o texto literário oferece ao leitor a possibilidade de “experimentar uma vivência simbólica” por meio da imaginação suscitada pelo texto escrito e/ou pelas imagens”. Deste modo, através da vivência simbólica a criança pode avaliar o mundo e situar-se nele, obtendo um conhecimento entre a ficção e a realidade e aos poucos aumenta e amplia o domínio da leitura mediada pelo professor.

Desta forma, ao escrever uma pesquisa que vise o caráter do prazer de ler, propondo um estudo sobre o incentivo à leitura na educação infantil, logo se tem a Literatura Infantil como importante recurso para esse processo devido ao seu caráter lúdico, onde as crianças começam a aprender uma diversidade de conhecimento sobre o universo da leitura através da sua imaginação.

Vemos que a criança elabora suas próprias hipóteses sobre um texto escrito, argumentando com suas ideias e ponto de vista, aumentando seu vocabulário, mas também com a história, ela consegue expressar seus sentimentos, através de representações em que a criança possa se identificar com algum personagem da história.

Como se refere Bettelheim “devido esta identificação a criança imagina que sofre com o herói suas provas e tribulações, e triunfa com ele quando sai vitoriosa. A criança faz tais identificações por conta própria, e as lutas interiores e exteriores do herói imprimem moralidade sobre ela”.

Assim, acreditamos que a criança traz para sua realidade uma forma mais alegre de vivenciar a vida. A literatura devido ao seu caráter de ficção, onde a fantasia está presente, prende a atenção da criança que por sua vez, aprende sempre algo sobre a história.

Conforme Coelho (2000) “note-se, porém, que literatura infantil ocupa um lugar específico no âmbito do gênero ficção, visto que ela se destina a um leitor em especial, a seres em formação, a seres que estão passando pelo processo de aprendizagem inicial da vida”.

79 FARIA, Maria Alice. *Como usar a literatura infantil na sala de aula*. São Paulo: contexto: 2004. (Série coleção como usar na sala de aula).

Assim para envolver a criança com a história segundo Abramovich⁸¹ é preciso estar atento ao aproveitamento do texto, criando todo um clima de envolvimento, e encantamento, respeitando pausas e intervalos para que a criança consiga construir e visualizar o seu cenário imaginário. Evitar descrições cansativas e cheias de detalhes, saber trabalhar a tonalidade da voz, sussurrando, levantado a voz, valorizando a onomatopeias, para que o ouvinte vivencie e tome sua posição; começando a história sempre com “senhas mágicas como era uma vez”, mantendo o ritmo sem ter pressa de acabar e terminar a história de maneira especial, mostrando para a criança que tudo que ouviu está impresso num livro e ela poderá ler quantas vezes quiser.

Cabe ao professor despertar emoções, estimulando a curiosidade a cada passo da história. Portanto como afirma Faria:

O professor, para elaborar seu trabalho com a leitura de livros para as crianças, precisa ler primeiro essas obras como leitor comum, deixando-se levar espontaneamente pelo texto, sem pensar ainda na sua utilização em sala de aula. Em seguida, virá à leitura analítica, reflexiva, avaliativa.

Neste contexto, é fundamental escolher um livro bem acabado, bem feito que aguace os olhos das crianças, com ilustrações interessantes. O educador aos poucos deve articular o texto escrito com o visual, fazendo do momento da leitura a hora mais agradável possível, onde as crianças se sintam hipnotizadas, provocadas a sentir emoções de forma intensa pela história.

Como afirma Abramovich: Ouvir histórias é viver um momento de gostosura, de prazer, de divertimento dos melhores... É encantamento, maravilhamento, sedução... O livro da criança que ainda não lê é a história contada. E ela é (ou pode ser) ampliadora de referenciais, poetura colocada, inquietude provocada, emoção deflagrada, suspense a ser resolvido, torcida desenfreada, saudades sentidas, lembranças ressuscitadas, caminhos novos apontados, sorriso gargalhado, belezuras desfrutadas e as mil maravilhas mais que uma boa história provoca... (desde que seja boa).

Pois quando escolhemos com critérios uma boa literatura infantil, temos a oportunidade de brincar através da leitura, tornando o contato com o livro um momento de diversão escolhendo uma boa trama deixando bem claro como a história acontece, com seu começo, meio e fim, respeitando a sequências das cenas.

Os professores precisam contar a história com conhecimento, sem improvisações, pois o sucesso da história está em narrá-la com simplicidade e autenticidade estimulante para o seu leitor mirim.

Assim como afirma Coelho:

Constada a importância da história como fonte de prazer para criança e a contribuição que oferece ao seu desenvolvimento, não se pode correr o risco de improvisar. O sucesso da narrativa depende de vários fatores que se interligam, sendo fundamental a elaboração de um plano, um roteiro, no sentido de organizar o desempenho do narrador, garantindo-lhe segurança e assegurando-lhe naturalidade. O roteiro possibilita transformar o improviso em técnica, fundir a teoria à prática. O primeiro passo consiste em escolher o que contar.

Para tanto, é necessário utilizar da literatura de uma forma artística, permitindo que a criança divirta-se enquanto vivencia a história, e que de alguma forma essa história quando bem selecionada ofereça recursos para o ouvinte refletir sobre si mesmo, trazendo de alguma forma experiência para sua vida que seja duradoura e

81 ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1997. (Série Pensamento e Ação no Magistério).

importante, pois segundo Coelho “Aquilo que não divertir, emocionar ou interessar ao pequeno leitor, não poderá também transmitir-lhe nenhuma experiência duradoura ou fecunda”.

Assim, sua relação com a leitura deve ser sempre prazerosa, promovendo momentos de intensa experiência, enriquecendo sua aprendizagem de maneira significativa, porque a prática de leitura em sala de aula não pode estar ausente, principalmente os contos de fada, pois conforme Bettelhim:

Enquanto diverte a criança, o conto de fadas a esclarece sobre si mesma, e favorece o desenvolvimento de sua personalidade. Oferece significados em tantos níveis diferentes, e enriquece a existência da criança de tantos modos que nenhum livro pode fazer justiça à multidão e diversidade de contribuições que esses contos dão à vida da criança.

Devemos refletir sempre sobre a prática educativa, procurando enxergar as particularidades de cada criança, sua relação com o mundo, pensando em uma proposta que vai além dos modelos estabelecidos pela sociedade como prontos e acabados, e estruturar as ações em algo que aguace o aluno a ir além do que lhe é proposto, isto é, com autonomia, criatividade, sabedoria, e construir sua aprendizagem de forma significativa estabelecendo novos conceitos.

Sendo assim, nossas intervenções, interações, mediações com a leitura poderão ajudar na construção do conhecimento e desenvolvimento da criança, oferecendo uma diversidade de possibilidades com a leitura dedicada ao mundo infantil utilizando a literatura infantil, que além de promover a diversão, expressão de emoções, entretenimento, permite também com a sua utilização adequada à construção de bons leitores.

Acreditamos que os professores devem valorizar o trabalho com a literatura infantil como uma atividade enriquecedora da criatividade, e autonomia de seus alunos, construídas através de leituras prazerosas onde o professor se comprometa com práticas educativas que envolvam a leitura de forma lúdica centrando seu trabalho na criança.

Cantinho da Leitura

O Cantinho de Leitura é um espaço, dentro da sala de aula, utilizado para, também, despertar nos alunos a prática da leitura. Nele, os alunos terão, de pronto, acesso às leituras diversas do conhecimento humano. Com este privilégio, além dos livros já disponíveis na Biblioteca da Escola, os alunos poderão aproveitar, a qualquer momento em que surgir a oportunidade, um bom momento de leitura.

Os cantinhos de leitura dispostos em sala de aula contribuem para um processo de desenvolvimento e capacitação de leitores, desde os primeiros anos da escola. É através da leitura que se trabalha com o lúdico das crianças, garantindo assim mais participação do aluno em sala de aula, fazendo com que a criança aprenda a ter concentração e saiba o que está lendo.

A orientação passada por especialistas é que os professores criem espaço com tapetes, almofadas, com contos de fadas, poesias, fábulas, romances. Recomenda-se variar esse espaço com cantinho do gibi, cantinho do jornal e cantigas de roda.

oral, pois a familiaridade com a língua falada facilita a compreensão da linguagem escrita. A transição da oralidade para a escrita é um marco crucial no desenvolvimento da alfabetização, onde as crianças começam a compreender que as palavras faladas podem ser representadas graficamente.

As relações entre escrita e oralidade também são evidentes na forma como usamos a linguagem em diferentes contextos. A linguagem oral tende a ser mais informal e flexível, enquanto a escrita muitas vezes exige uma estrutura mais rigorosa e clareza. Os escritores frequentemente adaptam sua linguagem com base na audiência e no propósito, escolhendo entre registros mais formais ou informais.

A Criança e a sociedade letrada

A relação entre a criança e uma sociedade letrada é um tópico de grande importância, pois envolve questões cruciais relacionadas à educação, desenvolvimento e participação cidadã. Uma sociedade letrada é aquela em que a leitura e a escrita são habilidades valorizadas e amplamente praticadas em todos os aspectos da vida cotidiana. Como as crianças se encaixam nesse contexto?

Primeiramente, é fundamental reconhecer que a criança é um ser em desenvolvimento, e seu contato com a sociedade letrada começa muito cedo. Desde os primeiros anos de vida, as crianças são expostas a estímulos linguísticos, incluindo livros, histórias contadas pelos pais e interações com a linguagem escrita em seu ambiente. Essa exposição inicial é crucial para a aquisição da linguagem e a alfabetização emergente.

A educação formal desempenha um papel significativo na preparação da criança para a sociedade letrada. A escola é um ambiente onde as habilidades de leitura e escrita são ensinadas e desenvolvidas de forma sistemática. No entanto, a educação não se limita apenas à escola. A sociedade em geral, por meio de sua cultura, mídia e instituições, também desempenha um papel fundamental na formação da criança como membro de uma sociedade letrada.

A leitura desempenha um papel central nesse contexto. Através da leitura, as crianças têm acesso a uma vasta gama de conhecimentos, histórias e informações que enriquecem suas vidas e expandem seus horizontes. A leitura não apenas aumenta o conhecimento, mas também desenvolve a imaginação, a empatia e a capacidade de reflexão crítica.

A escrita, por sua vez, permite que as crianças expressem suas ideias, criem narrativas e comuniquem-se de maneira eficaz. A habilidade de escrever não apenas é útil na escola, mas também é essencial em muitos aspectos da vida adulta, desde redigir documentos profissionais até comunicar-se por meio das redes sociais.

No entanto, é importante reconhecer que nem todas as crianças têm igualdade de acesso à sociedade letrada. Desigualdades socioeconômicas, falta de recursos educacionais e barreiras linguísticas podem criar disparidades significativas no desenvolvimento da alfabetização. Portanto, a promoção da igualdade de oportunidades de educação é um desafio essencial em uma sociedade letrada.

Em resumo, a criança e a sociedade letrada estão intimamente ligadas, com a educação desempenhando um papel fundamental na preparação das crianças para participarem plenamente desse contexto. A leitura e a escrita são habilidades cruciais que capacitam as crianças a adquirirem conhecimento, se expressarem e participarem ativamente na sociedade. A criação de ambientes ricos em linguagem e o acesso igualitário à educação são imperativos para garantir que todas as crianças possam se desenvolver como membros competentes de uma sociedade letrada.

QUESTÕES

1. (FSADU/Prefeitura Municipal de São José de Ribamar) A Filosofia e o exercício do filosofar sempre tiveram, (e vão continuar tendo) consequências para a praxis educativa. São muitas as concepções teórico-filosóficas que ao longo da História vêm produzindo encaminhamentos para a educação sistemática, de modo que torna-se imprescindível uma abordagem filosófica em todos os aspectos da realidade educacional.

Tomando por base essa assertiva, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As abordagens filosóficas estão presentes em todos os aspectos da realidade educacional de tal modo que é uma constante a postura reflexivo-crítica dos professores.
- (B) O saber filosófico possibilita o explicitar criticamente os conceitos e valores que sustentam as ações educativas, sem, contudo, encaminhar para novas posições.
- (C) Os pressupostos teórico-filosóficos promovem um fecundo intercurso com as abordagens científicas da educação, construindo uma fonte permanente e crítica de significação e direcionamento para o alcance de metas.
- (D) O pensar filosófico, enquanto forma especial de conhecimento da prática existencial sob os mais diversos prismas, contribui em toda a extensão para as formas especiais de conhecer da prática educativa.
- (E) A compreensão filosófica do educar revela sempre o papel do campo epistêmico e axiológico da Filosofia, podendo a educação dispensar a contribuição das Ciências Humanas.

2. (FSADU/Prefeitura Municipal de São José de Ribamar) A Carta Magna do nosso país (1988) elenca direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos, de modo que, dentre os fundamentos do Estado Democrático de Direito, está a cidadania. Com base no texto Constitucional, a educação brasileira, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs,) propõe uma educação comprometida com a cidadania e elege princípios, segundo os quais, deve-se orientar a educação formal. Assinale a alternativa que contém esses princípios.

- (A) Diálogo; confiança; promoção de valores humanos.
- (B) Pluralidade cultural, convívio social; direitos e deveres.
- (C) Solidariedade; justiça; coparticipação sociopolítica.
- (D) Dignidade; igualdade de direitos; participação; corresponsabilidade pela vida social.
- (E) Responsabilidade; respeito às diferenças; direito à saúde.

3. (Prefeitura Municipal de Patos-MG) Vygotsky foi um dos teóricos interacionistas na área da Psicologia que tem influenciado pesquisas e práticas pedagógicas. Sobre suas concepções em relação ao desenvolvimento da criança, analise as alternativas abaixo e marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Para Vygotsky a construção do pensamento e da subjetividade é um processo cultural e não uma formação natural e universal da espécie humana.
- (B) A construção do pensamento, de acordo com Vygotsky, ocorre por meio do uso de signos e do emprego de instrumentos elaborados na história humana.

10. (IF-SE) O Observatório da Diversidade Cultural, ao tratar das relações entre educação e diversidade, assume que, “uma educação para a diversidade cultural, deixaria de ser pensada no limite de uma educação para a tolerância, transformando-se na educação para uma convivência/sociedade pluralista, uma sociedade da equidade das diferenças”. Neste entendimento, uma educação pautada na diversidade cultural seria uma educação que se funda:

- I. Nas diferenças, que constituem patrimônio antropológico da humanidade;
- II. Nos processos de interação entre essas diferenças, que constituem nossa diversidade;
- III. No projeto político de sociedades pluralistas;
- IV. Na transversalidade que constitui o currículo escolar.

Estão corretas as alternativas:

- (A) I e II.
- (B) II e IV
- (C) I, II e III
- (D) I, II e IV
- (E) II, III e IV

11. (FESAG/TJ-MA) O projeto político pedagógico é um instrumento que deve ser implementado na perspectiva de uma educação para a cidadania. Com esta compreensão é correto afirmar que:

- (A) O projeto político pedagógico precisa ser construído inclusive por interferência política partidária. Um processo sempre inconcluso e se possível parcial
- (B) O projeto político pedagógico não nega o instituído coletivamente, que é a sua história, seus atores. O projeto político pedagógico não deve confrontar o instituído com o instituinte.
- (C) O projeto político pedagógico precisa ser construído sem interferência política. Um processo sempre inconcluso e se possível imparcial.
- (D) O projeto político pedagógico não nega o instituído coletivamente, que é a sua história, seus atores. O projeto político pedagógico sempre confronta o instituído com o instituinte.
- (E) N.R.A

12. (CONSULPLAN/ TSE) Um projeto pedagógico, na perspectiva de Freire, deve tomar o “homem como um ser de relações, temporalizado e situado”. Isso significa que o projeto pedagógico deve

- (A) considerar os contextos sociais e culturais em que vivem os sujeitos que irão fazer parte dele.
- (B) desenvolver uma série de ações que permitam a ocultação de saberes ingênuos e depositários de não-saberes.
- (C) sobrelevar a realidade dos sujeitos envolvidos no projeto.
- (D) prescindir de uma reflexão sobre o homem e de suas condições culturais.

13. (VUNESP/Prefeitura de São José dos Campos – SP) A prática pedagógica nas diversas áreas do conhecimento tem sofrido influências de teorias de desenvolvimento e de aprendizagem desenvolvidas pela Psicologia. Atualmente, têm ganhado destaque as posturas críticas, transformadoras e emancipadoras que, segundo Loureiro et alii (2009),

- (A) defendem o ideário de que a educação deve objetivar a adaptação e o ajustamento social do indivíduo.
- (B) rompem com a ideia de que o desenvolvimento é sempre um pré-requisito para a aprendizagem.

(C) propõem a classificação e a rotulação de sujeitos com dificuldades escolares, sobressaltando-se a dimensão patológica.
(D) incentivam a utilização de métodos, técnicas e testes escolares com padrões de normalidade instituídos e legitimados pela sociedade.

(E) rejeitam a tese de que aprendizagem e desenvolvimento estão inter-relacionados ao longo de todo o processo educacional.

14. (IBADE/SEDUC-RO) Sobre rotina e gestão da sala de aula, leia as afirmativas a seguir.

I. No trabalho pedagógico diário, o professor precisa gerir o uso do tempo em sala de aula direcionado para aprendizagem.

II. As situações no relacionamento com seus alunos, ou mesmo entre eles, podem comprometer o ambiente ou o empenho coletivo no processo de ensino-aprendizagem.

III. Os saberes experienciais surgem como núcleo vital do saber docente, núcleo a partir do qual os professores tentam transformar suas relações de exterioridade com os saberes em relações de interioridade com sua própria prática.

IV. A existência de uma pluralidade de saberes docentes possibilita a formação ou a existência de um único padrão de práticas docentes que viabilizem o sucesso na aprendizagem.

Está correto apenas o que se afirma em:

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III.

15. (Quadrix/2019 - Prefeitura de Jataí/GO) As transformações sociais e educacionais decorrentes dos avanços tecnológicos exigem do professor o desenvolvimento de novas habilidades, sobretudo para atuar na mediação do conhecimento, rompendo com uma lógica tradicionalista, em que o seu papel basicamente se restringe à transmissão de conteúdos.

Nesse sentido, a respeito da mediação pedagógica, julgue os itens a seguir.

I A mediação pedagógica fica impossibilitada quando a situação de aprendizagem é orientada por estratégias didático-pedagógicas tradicionais.

II A mediação pedagógica depende fundamentalmente das tecnologias da informação e da comunicação, sem as quais os processos interativos não são possíveis.

III A mediação envolve a interação entre professor e estudante, dos estudantes entre si e do estudante consigo mesmo.

IV O uso das tecnologias, por si só, não garante uma prática mediadora, podendo ser, inclusive, um obstáculo à mediação.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.